

PL

Márcio Corrêa desafia o partido e vira peça-chave na disputa pelo governo de Goiás

Prefeito de Anápolis apoia Daniel Vilela, mantém ponte com o bolsonarismo e expõe a disputa pelo comando da direita no Estado. [Página 4](#)

ESCOLA

O eleitor começa a ser formado na escola

Foto: imagem criada com Inteligência Artificial (IA)

Nova lei leva educação política e direitos da cidadania para a educação básica e reforça a preparação dos jovens para a vida democrática.

[Página 11](#)

Espectro político

Centro tem poder, mas falta voto

Partidos moderados influenciam governos e decisões no Congresso, enquanto enfrentam dificuldade para apresentar um projeto presidencial próprio.

[Página 7](#)

Gastos

R\$ 93 de cada R\$ 100 das campanhas vêm do Fundo Eleitoral

Levantamento da Tribuna do Planalto mostra que recursos públicos representam 93,34% das receitas em dinheiro declaradas nas disputas pelo governo e pelo Senado em Goiás.

[Página 8](#)

Religião e política

Quando a fé vira arma na disputa pelo voto

Fotos: Santuário de Aparecida/ Congresso nacional

Religião ganha protagonismo nas eleições de 2026, amplia a mobilização de grupos políticos e levanta o debate sobre os limites entre crença e estratégia eleitoral.

[Página 5](#)

Campanha eleitoral

Fake news atravessa um século de política brasileira

Desinformação e discursos de ódio já eram usados na República para atacar adversários e criar ameaças políticas.

[Página 6](#)

Editorial

Artigo

Cidadania se aprende antes das urnas

A formação de cidadãos conscientes não pode ser uma tarefa deixada para a véspera das eleições. Em uma democracia marcada pela polarização, pela desinformação e pela crescente complexidade das decisões públicas, ensinar os jovens a compreender o Estado, reconhecer seus direitos e avaliar criticamente as informações é uma necessidade que a escola não pode ignorar. A inclusão da educação política e dos direitos da cidadania no currículo obrigatório da educação básica, prevista na Lei 15.468/2026, representa um avanço que merece ser reconhecido e apoiado.

A legislação não cria uma disciplina específica nem autoriza a escola a se transformar em espaço de doutrinação partidária. Seu propósito é integrar o conhecimento sobre a vida política e social ao processo de aprendizagem, fortalecendo uma finalidade que já deveria orientar a educação brasileira: preparar os estudantes para o exercício responsável da cidadania. Trata-se de ensinar como funcionam as instituições, quais são os deveres dos representantes eleitos e de que maneira a população pode participar e cobrar resultados.

A aplicação da lei, entretanto, exige condições concretas. É indispensável assegurar formação continuada aos docentes, tempo para planejamento e estrutura adequada. Também é necessário fortalecer a leitura e a interpretação de textos, pois a participação democrática depende da capacidade de compreender notícias, propostas e dados públicos.

Grêmios estudantis, assembleias e eleições para representantes de turma podem complementar o aprendizado. Ao experimentar a escolha, a representação e a responsabilidade pelas promessas feitas, o estudante entende que a democracia não se resume ao voto, mas envolve compromisso com a coletividade.

A Tribuna do Planalto apoia a iniciativa. A cidadania não começa aos 16 anos, quando o jovem pode votar, nem termina quando a urna é encerrada. Ela se constrói no cotidiano, pelo acesso ao conhecimento, pelo respeito às diferenças e pela participação na vida pública. Transformar a previsão legal em prática pedagógica consistente é dever da escola, do poder público e de toda a sociedade.

Soberania é inclusão: o Brasil não cabe no quintal de ninguém

Um país soberano é a única oportunidade de inclusão das pessoas com deficiência. Nenhuma nação é meio para os fins de outra — e nenhum indivíduo pode ser tratado como instrumento para os fins de nenhum poder.

Quando Kant escreveu que o ser humano é fim em si mesmo, formulou os fundamentos de toda comunidade política. Cada indivíduo carrega qualidades e limitações e, por isso, devemos buscar coletivamente a superação dos obstáculos cotidianos. Naquilo em que alguns são fortes, completam as limitações dos outros, e vice-versa.

Num país soberano, cada pessoa é fim em si mesma, objeto único de valor. Isso significa autonomia: ser senhor de si e escolher caminhar ao lado de outras pessoas por livre vontade, não por imposição ou dependência.

A Soberania, porém, é construída diariamente pelo nosso trabalho, pela nossa luta e pela escolha dos governantes. Ainda reproduzimos barreiras e estruturas sociais excludentes e, com isso, desperdiçamos talentos e recursos.

O Censo 2022 contabilizou 14,4 milhões de brasileiros com deficiência. A Pnad Contínua do IBGE chega a 18,6 milhões, 8,9% da população. A

participação dessas pessoas na força de trabalho é de 29,2%, contra 66,4% entre aquelas sem deficiência, e menos de 1% dos empregos formais são ocupados por elas.

Na educação, 21,3% das pessoas com deficiência com 15 anos ou mais são analfabetas, contra 5,2% do restante da população. Apenas 7,4% concluíram o ensino superior e quase 61% das crianças e adolescentes com deficiência viviam abaixo da linha da pobreza.

Não é falta de talento, não é falta de capacidade. É exclusão estrutural, repetida e normalizada socialmente. A Lei de Cotas reserva de 2% a 5% das vagas em empresas com cem ou mais empregados, mas a presença das pessoas com deficiência permanece inferior a 1% dos empregos formais.

A lógica do quintal e a lógica do capacitismo são as mesmas: a pretensão de que o valor de alguém pode ser definido pelos interesses de outros. O capacitismo é a falta de soberania: a decisão de que a norma de um grupo determina quem vale e quem não vale.

Por isso, soberania econômica e tecnológica também é política de acessibilidade. Quem não domina sua infraestrutura digital e tecnológica não decide os rumos das

ferramentas capazes de incluir milhões de corpos e mentes.

Soberania não é isolamento. É inverter a ordem dos fatores: não é o orçamento que decide a Dignidade; é a Dignidade que decide o orçamento. A exclusão de milhões de brasileiros não é natural; é escolha orçamentária.

Soberania é cuidado com o próprio povo: o direito de decidir que ninguém fica para trás. Que todos caminhem juntos, lado a lado. Nesse sentido, autonomia é caminho e destino.

Que a grandeza do Brasil seja medida não pelo tamanho de sua economia, mas pela disposição de receber seus cidadãos com deficiência na casa que é deles. Na casa de todos nós!



André Naves, Defensor Público Regional de Direitos Humanos em SP. Especialista em Inclusão Social, Direitos Humanos e Economia Política. Membro dos Grupos de Trabalho da DPU: Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência e Pessoas em Situação de Rua. Comendador Cultural. Escritor. Professor. www.andrenaves.com | [@andrenaves.def](https://twitter.com/andrenaves.def)

Artigo

O voto lógico, não útil

Diante de uma eleição que se aproxima e de tantos eleitores ainda indecisos, desiludidos ou sem esperança, é preciso fazer um apelo ao bom senso, à lógica, à responsabilidade e à consciência sobre o que está em jogo.

Não se trata de pedir que alguém goste de Lula, muito menos de exigir entusiasmo ou adesão irrestrita. É legítimo criticá-lo, discordar de suas escolhas e considerar insuficientes suas políticas. Nenhum presidente ou partido está acima da fiscalização. A democracia pressupõe justamente o direito de cobrar, discordar e mudar pelo voto.

Mas também é necessário lembrar o que ocorreu quando o poder esteve nas mãos de quem, segundo seus críticos, transformou a mentira em método, o ódio em linguagem e o ataque às instituições em estratégia política. Foram anos de confrontos com urnas eletrônicas, tribunais, imprensa, universidades, professores e ciência. A política foi marcada pelo fanatismo e pela transformação de símbolos nacionais, como a bandeira e as cores verde e amarelo, em instrumentos de divisão.

Nesse ambiente, grupos sociais foram alvo de discursos e atitudes de into-

lerância. Mulheres, negros, pessoas LGBTQIAPN+, povos indígenas, migrantes e refugiados estiveram entre os grupos atingidos. A preservação ambiental também foi colocada em conflito com interesses de exploração. Durante a pandemia, o negacionismo e os confrontos com a ciência ampliaram as controvérsias em um momento que exigia responsabilidade, serenidade e empatia diante da morte de milhares de brasileiros.

Nada disso coloca Lula acima de críticas. Democracia não é idolatria. Governos podem errar, políticas podem fracassar e presidentes podem ser substituídos.

O que não pode ser normalizado é a violência política, a mentira deliberada, o desprezo pelas instituições ou a ideia de que qualquer meio é aceitável para conquistar ou manter o poder.

Instituições, liberdade, ciência, imprensa, pluralismo, respeito às diferenças, direito ao contraditório, igualdade perante a lei e respeito ao resultado das eleições não pertencem à esquerda nem à direita. São fundamentos da democracia e patrimônio de todos.

O voto é individual. Que cada cidadão o exerça com informação, lucidez e consciência dos valores que estão em jogo.

O voto é uma decisão individual e democrática. Que

seja exercido com razão, lucidez, informação e consciência dos valores que estão em jogo. Eu votarei em Lula. Bolsonaro nunca mais!



Ricardo Viveiros, jornalista, professor e escritor, é doutor em Educação, Arte e História da Cultura (UPM), membro da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e dos Direitos Humanos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); autor, entre outros livros, de *A vila que descobriu o Brasil*, *Memórias de um tempo obscuro* e *O sol brilhou à noite*.



Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais

[f](https://www.facebook.com/Tribunadoplanalto) Tribunadoplanalto
[@Tribunaplanalto](https://www.instagram.com/Tribunaplanalto)

Endereço e telefone:
Av. Anhanguera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010
Fone: (62) 3434-1516



Tribuna Política
Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

Palanque de fronteira

O ex-deputado estadual Luis Cesar Bueno (PT) prepara uma ação conjunta com Leandro Grass, candidato petista ao Governo do Distrito Federal. O coordenador da campanha goiana, Miguel Tiago, prevê a apresentação de um compromisso de cooperação entre as duas administrações, especialmente na saúde. A campanha também reservou os dias 26 e 27 para atividades no Entorno.

Reforço para Wilder

O senador Wilder Morais (PL) passou a integrar a lista de recomendações eleitorais do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), depois de ficar fora da primeira publicação sobre Goiás. Para domingo (27), está anunciada uma carreata em Goiânia com o senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL). Wilder tem associado publicamente as duas candidaturas, com o número do partido como ponto comum entre a disputa estadual e a presidencial.

Campanha em casa

O ex-governador Ronaldo Caiado (PSD) recebeu de aliados a sugestão de dedicar mais tempo às agendas em Goiás, com atenção às candidaturas de Daniel Vilela e Gracinha Caiado. A orientação antecedeu a divulgação da nova Quaest, que registrou uma redução de 32% para 23% em suas intenções de voto para presidente entre os goianos, na comparação com agosto. No mesmo levantamento, Flávio Bolsonaro marcou 33% e o presidente Lula, 27%. São números estaduais, não nacionais.

Aliança sem fotografia

O ex-prefeito de Catalão Adib Elias (MDB) anunciou que não participaria da carreata de Daniel Vilela prevista para a última sexta-feira (25), mas reafirmou apoio ao governador. Candidato a deputado estadual, Adib disputa espaço com o deputado Jamil Calife (PP), apoiado pelo prefeito Velomar Rios (MDB). A candidatura ao governo é compartilhada, mas a disputa pela Assembleia separa os grupos. Adib sustenta que a ausência em uma agenda não altera a aliança com Daniel.

A eleição seguinte

A sucessão na presidência da Câmara de Goiânia já movimenta os vereadores antes mesmo do encerramento da campanha estadual. Thialu Guiotti aparece como o nome de preferência do prefeito Sandro Mabel para suceder Romário Policarpo, enquanto Henrique Alves e Ronilson Reis também articulam suas candidaturas. A votação poderá ocorrer depois de 4 de outubro, mas ainda depende de convocação. Não há maioria confirmada em torno de nenhum dos três nomes.

A última semana começa com um partido implodindo

Enquanto o PSDB administra desistências e guerra entre candidatos, outras chapas entram na reta final tentando transformar estrutura, dinheiro e voto majoritário em cadeiras



Foto: Reprodução

Ataques de Felipe Cecílio a Alcides Ribeiro remontam graves acusações e praticamente implode uma chapa que já estava fragilizada

Faltando pouco mais de uma semana para as urnas, há partidos preocupados em conquistar espaço. O PSDB precisa, antes, impedir que o próprio espaço desabe. Em poucas semanas, a chapa tucana para a Câmara perdeu Flávia Teles, Henrique Arantes e Jeferson Rodrigues. Os três desistiram e terminaram reunidos em torno de Felipe Cecílio. A projeção interna, antes de duas cadeiras, foi reduzida para pelo menos uma. Como se não bastasse perder votos da nominata, começou a guerra entre quem ficou.

Felipe abriu fogo contra o deputado federal Professor Alcides, justamente uma das principais apostas do PSDB para sobreviver na Câmara. Recuperou acusações envolvendo suposto abuso sexual, negadas por Alcides, e pediu publicamente que o eleitor não votasse no correligionário. Alcides respondeu chamando as informações de “maliciosas e fabricadas”. Dentro do PSDB, há quem fale reservadamente em movimento coordenado de implosão. Os envolvidos negam.

A suspeita encontra combustível nas biografias partidárias. Henrique Arantes e Felipe Cecílio já passaram pelo MDB. Jeferson estava até este ano no Republicanos, legenda integrante da base governista. Isoladamente, nada disso comprova articulação. Na política, contudo, três desistências convergindo para um mesmo candidato e uma guerra aberta contra outro nome competitivo da própria chapa alimentam perguntas.

A matemática explica a preocupação, visto que a eleição para deputado federal é proporcional. Felipe e Alcides podem disputar o mesmo eleitor, mas os votos dos dois alimentam a mesma conta partidária. Atacar um companheiro de chapa na última semana significa tentar crescer individualmente enquanto se coloca em risco o resultado coletivo.

O contraste aparece nas chapas que chegam mais inteiras à reta final. A União Progressista desembarcou na campanha com Silvye Alves, José Nelto e Adriano do Baldy buscando a reeleição, além de Bruno Peixoto e Delegado Waldir. É também a estrutura que mais recebeu recursos partidários para a disputa federal em Goiás: R\$ 23,3 milhões até o levantamento publicado em 19 de setembro.

MDB, PSD e Republicanos orbitam a ampla base de Daniel Vilela, mas disputam entre si cada cadeira. O PSD começou com uma chapa menor e ainda sofreu a desistência de Pedro Sales. Republicanos e MDB, por sua vez, chegaram à campanha com cerca de R\$ 8 milhões cada em recursos dos fundos destinados às candidaturas federais.

O PL chega à última semana com nominata completa e tenta aproveitar o voto ideológico que também sustenta suas candidaturas majoritárias. A Federação Brasil da Esperança, liderada pelo PT, igualmente registrou chapa completa e colocou R\$ 8,1 milhões na disputa federal.

São estratégias diferentes diante da mesma matemática cruel: Goiás tem 17 cadeiras na Câmara e uma eleição proporcional que pune chapa sem voto. A uma semana da urna, quase todos tentam somar. No PSDB, a questão passou a ser outra: quanto ainda será possível salvar depois de tanta subtração?

Minimiza

Um aliado de Marconi Perillo minimiza qualquer tipo de implosão na chapa tucana. “[A chapa] Vai chegar bem. Isso é uma coisa atípica de uma pessoa que não tem compromisso com o grupo. Tem compromisso apenas com ele próprio. Ele não tirou votos do Alcides. Prejudicou apenas a ele.”

O segundo voto

A disputa pelo Senado tem uma diferença que os números gerais nem sempre deixam evidente. Na Quaest divulgada na quinta-feira (24), a indecisão chega a 30% na segunda indicação de voto, contra 13% na primeira. Além disso, 36% dos entrevistados admitem mudar de escolha até a eleição. A indefinição, portanto, não envolve apenas trocar de candidato. Parte dos eleitores ainda não completou a dupla que pretende levar à urna.

Mabel por Mendanha

O prefeito de Goiânia, Sandro Mabel, organiza uma rodada de encontros com diferentes segmentos da capital ao lado do ex-prefeito de Aparecida, Gustavo Mendanha (PRD), candidato ao Senado. Os dois já participaram de reunião com servidores da Secretaria Municipal de Saúde. A movimentação concentra parte da agenda de Mendanha fora de sua principal base eleitoral. O apoio, porém, não é exclusivo: Mabel também acompanha a candidatura da ex-primeira-dama Gracinha Caiado (União Brasil).

“Danilu”

Circula nos bastidores o “DaniLu”, combinação de votos na reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do governador Daniel Vilela (MDB). A dobradinha já aparece em apoios públicos de integrantes do PSB. A tese de seus defensores é que encerrar a disputa goiana no primeiro turno retiraria de Flávio Bolsonaro (PL) um instrumento de mobilização: a continuidade da campanha para governador. O cálculo não é deixar o presidenciável sem aliados em Goiás, mas evitar que uma disputa estadual em segundo turno lhe sirva de palanque.

Lula lá, Daniel cá

Um dos adesistas do movimento é o vereador de Aparecida e candidato a deputado federal Tales de Castro (PSB) que apoia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas escolheu o governador Daniel Vilela (MDB) na disputa estadual. Ele atribui a combinação à demora petista em definir a candidatura de Luis Cesar Bueno e às relações com o prefeito Leandro Vilela e o deputado estadual Karlos Cabral, que também é do PSB. Tales também afirma que outros candidatos do PSB seguem a mesma composição. O ex-presidente do partido, Elias Vaz também entrou na onda.

Eleições 2026

Márcio Corrêa vira peça-chave

na disputa entre Wilder, Daniel e o bolsonarismo em Goiás

Mesmo filiado ao PL, prefeito apoia Daniel Vilela para governador, mantém aliança com Gustavo Gayer e articula aproximação entre bolsonarismo e grupo de Caiado

» Andréia Bahia

A eleição de 2026 em Goiás ganhou, na reta final, um personagem que não disputa o governo do Estado, mas que passou a ocupar um espaço importante na engrenagem da disputa: o prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa (PL). Sua decisão de apoiar Daniel Vilela (MDB) para governador, contrariando o candidato de seu próprio partido, Wilder Moraes, expôs uma fissura dentro do PL que vai muito além de uma divergência eleitoral. O episódio revela uma disputa sobre quem tem capacidade de organizar a direita goiana.

Márcio não é um prefeito qualquer dentro desse tabuleiro. É o prefeito do terceiro maior colégio eleitoral de Goiás, uma liderança que chegou ao comando de Anápolis pelo PL e que construiu uma relação próxima com setores do bolsonarismo, quando assumiu uma cadeira na Câmara Federal.

Aproximação que foi decisiva para sua filiação ao PL e para a vitória na queda de braço com os grupos de Roberto Naves e Wilder Moraes, que disputavam espaço na definição do candidato à Prefeitura de Anápolis em 2024.

Ao mesmo tempo, ele mantém uma relação política anterior com Daniel Vilela e passou a defender publicamente a candidatura do emedebista ao governo.

Em agosto, ao oficializar o apoio, justificou a escolha pelo que considera uma parceria administrativa favorável a Anápolis. A decisão não foi exatamente uma surpresa. Antes mesmo da oficialização, Márcio já havia sinalizado que sua escolha levaria em conta os interesses de Anápolis. O que mudou foi o momento em que ele deixou de trabalhar com a ambiguidade e assumiu publicamente o palanque de Daniel.

A partir daí, a divergência, que é restrita à legenda

estadual, não houve manifestação da direção nacional em relação ao apoio de Márcio a Daniel, deixou de ser apenas uma questão de preferência eleitoral e passou a ser tratada pelo PL como um problema partidário. A legenda abriu procedimento contra o prefeito, colocando sobre a mesa até mesmo a possibilidade de expulsão.

O conflito, porém, não começou em agosto. Nos bastidores, a relação entre Márcio e Wilder já vinha marcada por desconfianças e interesses políticos distintos. A leitura de pessoas próximas ao prefeito é que Wilder nunca teria sido o principal responsável pela construção política que levou Márcio à Prefeitura de Anápolis. Ao contrário: durante a montagem da candidatura de 2024, teria havido dentro do PL uma disputa pela definição do nome que representaria o partido na sucessão municipal. Márcio acabou prevalecendo, com apoio de setores nacionais da legenda e de nomes identificados com o bolsonarismo.

Para Márcio, a eleição de 2026 não é simplesmente uma escolha entre dois candidatos ao governo. Há uma lógica de reciprocidade política envolvida. O prefeito mantém vínculos com pessoas que considera importantes para sua trajetória e, ao mesmo tempo, procura preservar alianças que possam ser úteis para Anápolis. É nesse ponto que Daniel Vilela aparece com força.

O próprio Márcio tem apresentado sua escolha dessa maneira. Em setembro, voltou a dizer que decidiu apoiar Daniel pelo apoio recebido do governo estadual em áreas como saúde, infraestrutura, segurança, transporte, habitação e desenvolvimento econômico. Há, portanto, uma explicação administrativa para a decisão. Mas a política raramente se resume à administração.

O que torna o caso especialmente relevante é que Márcio não rompeu com o campo político de direita ao

escolher Daniel, que seria de centro. Ao contrário, mantém outras alianças com nomes do bolsonarismo. É aí que surge o chamado fator Márcio.

O prefeito pode apoiar Daniel para governador e, simultaneamente, defender nomes identificados com o bolsonarismo na disputa pelo Senado. Essa combinação cria uma espécie de ponte entre grupos que, em Goiás, chegaram a caminhar para lados diferentes. A movimentação em torno de Gustavo Gayer e Gracinha Caiado é um exemplo dessa tentativa de construir uma composição que atravesse as fronteiras partidárias.

O episódio também ajuda a compreender a dimensão do problema para Wilder. O candidato do PL tenta consolidar sua campanha como a principal alternativa da direita ao grupo governista. Em seu discurso oficial, a estratégia passa pela associação direta com Jair Bolsonaro e com Flávio Bolsonaro.

Mas Márcio representa justamente uma situação diferente: alguém que permanece no PL, mantém relações com o bolsonarismo, mas não acompanha o candidato do partido ao governo. É uma contradição que expõe a dificuldade de transformar identidade ideológica em disciplina eleitoral.

Nos bastidores ouvidos pela reportagem, existe uma interpretação ainda mais ampla: a de que Wilder teria conseguido consolidar sua candidatura principalmente pela força da direção nacional do PL, especialmente do presidente Valdemar Costa Neto, enquanto encontrava resistências dentro de setores da direita goiana. Essa leitura não significa que o candidato não tenha apoio bolsonarista, sua própria campanha trabalha fortemente essa identificação, mas aponta para uma diferença entre o apoio formal da legenda e a construção de uma liderança capaz de reunir todos os grupos do campo conservador em torno de um mesmo projeto.



Foto: Divulgação das campanhas

É nesse ponto que Márcio se torna um problema maior do que sua própria posição eleitoral. Ele demonstra, na prática, que a direita pode continuar politicamente fragmentada mesmo quando compartilha referências ideológicas. O eleitor que se identifica com Bolsonaro não necessariamente seguirá o mesmo candidato para todos os cargos. As alianças municipais, as relações pessoais e os interesses locais continuam pesando.

Anápolis é o laboratório mais evidente dessa realidade. A cidade tem peso eleitoral e econômico suficiente para fazer de Márcio uma liderança relevante no debate estadual. Daniel, ao conquistar o apoio do prefeito, ampliou sua presença no município e consolidou uma aliança que vai além da relação entre MDB e PL. O apoio também ajudou o governador a reunir os prefeitos dos dez maiores colégios eleitorais de Goiás.

Para Daniel, portanto, Márcio representa mais do que um voto de apoio. Representa uma porta de entrada em um eleitorado que não necessariamente se identifica naturalmente com o MDB.

Para Wilder, a situação é inversa. O prefeito do maior município administrado pelo PL em Goiás não está em seu palanque. E não se trata de uma liderança que simplesmente migrou para o grupo adversário. Márcio continua mantendo pontes com setores que Wilder também pretende representar.

Essa talvez seja a maior força política de Márcio neste momento: ele não precisa abandonar completamente um campo para dialogar com outro.

A fotografia política que começa a se formar em Anápolis é justamente essa. De um lado, Wilder procura fortalecer a identidade do PL e consolidar o apoio da família Bolsonaro. De outro, Márcio trabalha por uma composição que coloca Daniel no governo e aproxima nomes do bolsonarismo e do grupo de Caiado na disputa pelo Senado.

O prefeito de Anápolis tornou-se, involuntariamente ou não, uma espécie de teste para a capacidade da direita

goiana de conviver com interesses diferentes.

Wilder representa o projeto eleitoral do PL para o governo. Daniel representa a continuidade do grupo que comandou Goiás nos últimos anos. Gayer representa uma parcela mais identificada com o bolsonarismo. Gracinha representa o grupo político de Caiado. E Márcio tenta manter canais com todos esses setores, escolhendo alianças diferentes de acordo com a disputa.

É justamente por isso que o processo de expulsão aberto pelo PL contra o prefeito pode acabar tendo um efeito político maior do que o disciplinar. Quanto mais o partido transforma Márcio em adversário interno, mais evidencia que existe dentro da própria legenda uma liderança relevante que não está seguindo a orientação da candidatura majoritária.

A questão central, portanto, não é saber apenas se Márcio Corrêa continuará no PL. A questão é saber quanto de sua força política poderá ser transferida para os projetos que ele decidiu apoiar.

Essa resposta será particularmente importante em Anápolis, mas terá reflexos também na disputa estadual. Afinal, Márcio chegou a 2026 com uma característica rara: consegue conversar com o bolsonarismo, tem relação política com Daniel e exerce influência sobre uma cidade estratégica.

O prefeito não está disputando o governo de Goiás. Mas sua posição ajuda a revelar uma das principais características desta eleição: a dificuldade de enquadrar a política goiana em uma simples divisão entre direita e esquerda ou entre partidos adversários.

E, nesse cenário, Márcio Corrêa deixou de ser apenas o prefeito de Anápolis que decidiu apoiar um candidato diferente do seu partido. Tornou-se uma peça capaz de conectar grupos que, até pouco tempo atrás, pareciam caminhar para uma disputa aberta entre si. É por isso que, na reta final, o fator Márcio talvez seja menos sobre quem ele escolheu para governador e mais sobre quem ele consegue manter sentado à mesma mesa.

Eleições 2026

Quando a fé vira palanque eleitoral

» Andréia Bahia

A religião deixou de ser um elemento periférico das campanhas eleitorais brasileiras. Em 2026, ela ocupa espaço cada vez mais evidente nos discursos, nas alianças, nas estratégias de comunicação e na tentativa dos candidatos de estabelecer uma conexão direta com determinados grupos do eleitorado. O fenômeno é especialmente visível entre os evangélicos, que ampliaram sua presença política e institucional e hoje constituem uma força organizada no Congresso Nacional.

Mas há uma questão que merece ser discutida com mais cuidado: até onde vai a legítima participação religiosa no debate público e onde começa a transformação da fé em instrumento eleitoral?

A pergunta ganhou novo combustível nesta semana, depois que circulou nas redes sociais a informação de que Flávio Bolsonaro (PL), candidato à Presidência, teria a intenção de retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil. A informação era falsa. O próprio candidato negou a existência de qualquer projeto com esse objetivo. O projeto que voltou a ser utilizado como referência havia sido apresentado em 2007 pelo então deputado Victório Galli e foi arquivado em 2008.

O episódio, no entanto, merece atenção justamente porque demonstra o tamanho que a religião adquiriu na disputa política. Uma informação sem comprovação foi suficiente para produzir reação, mobilização, indignação e disputa narrativa. A questão deixou de ser apenas sobre a existência ou não de um projeto legislativo e passou a funcionar como símbolo de uma suposta disputa entre católicos e evangélicos, entre diferentes visões de país e, em última instância, entre campos políticos.

É aí que está o fenômeno mais importante. A religião não está apenas sendo utilizada para pedir votos. Ela está sendo utilizada para definir quem pertence a determinado campo político.



Foto: Santuário de Aparecida

O candidato que fala em Deus, família, valores cristãos e liberdade religiosa não está necessariamente apresentando uma proposta sobre religião. Muitas vezes, está enviando um sinal de pertencimento. Da mesma forma, o adversário que responde utilizando símbolos religiosos pode estar tentando impedir que aquele campo seja monopolizado politicamente pelo outro lado.

O problema começa quando a identidade religiosa substitui a discussão sobre o exercício do mandato. Um candidato a deputado federal de Goiás afirma, em seu horário eleitoral gratuito, que a religião precisa ser discutida no Congresso Nacional. A afirmação, em si, não deveria causar estranhamento. O Congresso legisla sobre temas que atingem diretamente a liberdade religiosa, a proteção de templos, a educação, a assistência social, a família, a liberdade de expressão e inúmeros outros assuntos que podem envolver convicções religiosas. O Congresso também é formado por cidadãos que possuem religião, ou não possuem nenhuma. Não existe incompatibilidade entre ter fé e exercer mandato político.

A questão é o que significa discutir religião no Congresso? Se significa defender a liberdade de culto, combater a discriminação religiosa e garantir que diferentes tradições tenham seus direitos protegidos, trata-se de uma discussão legítima do Estado democrático. Se significa transformar uma religião específica em critério para definir quem é um cidadão legítimo, quem merece direitos ou quem pode participar plenamente da vida pública, a discussão muda

de natureza. E é justamente essa fronteira que as campanhas deveriam deixar clara.

A própria Igreja Católica oferece um exemplo interessante de como essa distinção pode ser feita. Em mensagem divulgada para as eleições de 2026, a CNBB afirmou que a Igreja não indica candidatos nem partidos, mas defendeu a participação consciente dos eleitores e a análise da trajetória dos candidatos e das consequências de seus compromissos. Para a entidade, a política pode ser compreendida pela fé cristã como serviço ao bem comum, sem que isso signifique transformar a instituição religiosa em partido político.

Em outro documento relacionado às eleições, a CNBB reforçou que a Igreja não tem partido ou ideologia e que a atividade política, em sentido estrito, cabe aos leigos. Ao mesmo tempo, sustenta que a Igreja pode oferecer critérios éticos e morais para o discernimento dos fiéis. É uma distinção importante sobre a religião, que pode participar do debate público sem necessariamente se transformar em instrumento de comando eleitoral.

O mesmo raciocínio precisa ser aplicado aos evangélicos. O crescimento da presença evangélica na política brasileira é um fenômeno social e político que não pode ser ignorado ou tratado como anomalia. Igrejas, lideranças e fiéis têm todo o direito de participar do debate público, apresentar propostas, defender valores e eleger representantes que considerem alinhados às suas convicções. O eleitor evangélico, porém, não é um bloco homogêneo. E o mesmo vale para o eleitor católico.

A tentativa de tratar milhões de brasileiros como uma massa eleitoral uniforme pode até funcionar como estratégia de campanha, mas não corresponde necessariamente à complexidade da sociedade brasileira. Pesquisa recente do Instituto de Estudos da Religião (Iser) em parceria com a Quaest, com 15 mil entrevistados em 412 municípios, mostra justamente uma sociedade religiosamente mais complexa do que as classificações eleitorais sugerem (<https://iser.org.br/religioe-vidapublicanobrasil/>). Católicos e evangélicos representam parcelas expressivas da população, mas suas crenças e práticas não formam blocos perfeitamente uniformes.

A política, entretanto, tem interesse na simpli-

ral, na qual cidadãos têm o direito de levar suas convicções para o espaço público. Trata-se de impedir que a religião seja utilizada como atalho para evitar o debate político.

O episódio envolvendo Nossa Senhora Aparecida mostra isso de maneira quase didática. Uma informação falsa sobre um suposto projeto de Flávio Bolsonaro foi suficiente para provocar uma reação política porque tocou em um símbolo religioso de enorme importância cultural e afetiva para os brasileiros. A discussão se espalhou antes que a informação fosse devidamente verificada. A fé, nesse caso, virou combustível para a política antes que os fatos fossem estabelecidos.

Esse é um dos desafios eleitorais de 2026. Em vez de



Foto: Congresso nacional

ficação. É mais fácil falar em “o eleitor evangélico” do que compreender as diferenças entre um pastor pentecostal, um fiel de uma igreja histórica, um jovem evangélico de periferia, uma mulher evangélica preocupada com segurança pública ou um empresário que frequenta uma igreja e tem prioridades econômicas muito diferentes das de seu pastor. O mesmo vale para os católicos.

Quando a campanha transforma religião em identidade eleitoral, o risco é deslocar a pergunta fundamental: o que o candidato pretende fazer com o poder que está pedindo ao eleitor? A fé pode explicar valores. Não deveria dispensar a análise de propostas.

O candidato pode ser cristão, judeu, muçulmano, espírita, umbandista, de qualquer outra tradição religiosa ou não ter religião. Isso não responde, sozinho, como ele votará em uma reforma tributária, que política defenderá para a saúde, como tratará a segurança pública, quais prioridades terá no orçamento ou que posição adotará diante de uma crise institucional.

É justamente nesse ponto que a discussão religiosa nas eleições pode amadurecer. Não se trata de retirar a religião da política. Isso seria incompatível com uma sociedade plu-

perguntar apenas qual candidato “defende Deus”, “defende a família” ou “defende os valores cristãos”, o eleitor pode perguntar o que cada candidato entende por esses conceitos e como pretende transformá-los em políticas públicas. Porque Deus não vota. Quem vota é o cidadão.

E o cidadão, religioso ou não, precisa escolher representantes que serão responsáveis por administrar recursos públicos, elaborar leis, fiscalizar governos e tomar decisões que afetarão toda a sociedade, inclusive pessoas que não compartilham de sua fé.

A religião tem lugar na política porque os religiosos têm lugar na democracia. Mas o Estado tem de continuar pertencendo a todos. Essa talvez seja a fronteira mais importante a ser preservada em uma eleição em que a fé aparece cada vez mais como linguagem de campanha. Uma coisa é levar suas convicções religiosas para a política; outra é transformar a política em uma disputa para decidir qual fé terá mais poder.

No primeiro caso, estamos diante do exercício legítimo da cidadania. No segundo, a religião deixa de ser apenas uma convicção e passa a funcionar como palanque. E quando a fé vira palanque, o debate sobre propostas corre o risco de ficar em segundo plano.

Eleições 2026

Fake news e discursos de ódio: velhas práticas, novo alcance

Escritor e pesquisador Ely Paiva identifica, em diferentes momentos da história republicana, mecanismos semelhantes aos observados na política contemporânea

» Carla Borges

Fake news e os discursos de ódio, quem diria, fazem parte do cenário político brasileiro há mais de um século, nem sempre de forma dissimulada, como pode parecer à primeira vista. A diferença é que, atualmente, a tecnologia ampliou a velocidade, o alcance e a capacidade de segmentação dessas práticas. É o que revela o trabalho do escritor, professor universitário e pesquisador Ely Carneiro de Paiva, que identifica, em diferentes momentos da história republicana, mecanismos semelhantes aos observados na política contemporânea. Ele mostra como essas questões estão presentes desde as origens da República no livro “1897”.

A desinformação não nasceu com as redes sociais. No final do século 19, jornais partidários, boatos, panfletos e discursos públicos já eram utilizados para construir versões dos acontecimentos, atacar adversários e alimentar o medo. Na análise de Paiva, o período entre 1893 e 1897 é um exemplo de como a circulação de informações falsas ou distorcidas poderia agravar crises políticas em uma República ainda recente e institucionalmente frágil.



Mecanismos de comunicação mudaram, mas algumas estratégias permaneceram

Ely Carneiro de Paiva,
professor universitário e pesquisador



Foto: Arquivo
Movimento liderado por Antônio Conselheiro, em Canudos (BA), foi alvo de fake news

Um dos episódios mais emblemáticos está relacionado à Guerra de Canudos. Segundo o pesquisador, um importante jornal do Rio de Janeiro ajudou a disseminar a ideia de que o movimento liderado por Antônio Conselheiro fazia parte de uma conspiração monarquista. A suspeita não correspondia à realidade, mas contribuiu para a construção de uma ameaça política que justificaria a repressão. Naquele ambiente de tensão, jornais monarquistas foram destruídos, um editor foi assassinado e o conflito se ampliou até culminar no atentado contra o presidente Prudente de Moraes.

O episódio revela um mecanismo que, de acordo com Paiva, atravessa a história brasileira: a transformação do adversário político em uma ameaça à própria existência da República, da pátria ou da ordem social. A partir dessa lógica, o oponente deixa de ser tratado como alguém com posições divergentes e passa a ser apresentado como inimigo que precisa ser neutralizado.

Polarização

A polarização também marcou o período entre 1930 e 1945, quando integralistas e comunistas disputavam espaço em meio à influência de ideologias internacionais. Com a implantação do Estado Novo, em 1937, o governo fechou o sistema político e impôs censura à imprensa. A disputa aberta foi substituída pelo controle estatal da informação, sem que desaparecessem os conflitos

ideológicos e a desqualificação dos adversários.

Na fase democrática iniciada em 1945, a oposição entre a União Democrática Nacional (UDN) e o getulismo voltou a ocupar o centro do debate político. Entre 1945 e 1954, jornais participaram ativamente da disputa entre getulistas e antigetulistas. A crise que culminou no suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, foi precedida por uma intensa campanha política e jornalística. No ano seguinte, a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart também foi contestada, em um cenário de instabilidade institucional.

Entre 1961 e 1964, a polarização assumiu caráter ainda mais ideológico. As discussões sobre reformas de base, reforma agrária, nacionalismo econômico e comunismo mobilizaram partidos, organizações civis e setores das Forças Armadas. A Guerra Fria oferecia o ambiente internacional para a interpretação de conflitos internos como parte de uma disputa global entre modelos políticos. No Rio de Janeiro, a oposição entre o PTB e a UDN expressava essa radicalização.

Para Paiva, os mecanismos de comunicação mudaram, mas algumas estratégias permaneceram. O adversário continua sendo apresentado como uma ameaça existencial, boatos são divulgados como fatos, teorias conspiratórias substituem a apuração, e instituições são questionadas quando suas decisões contrariam determinado grupo político. Tam-

bém permanece o uso de uma linguagem moral, que divide a sociedade entre “patriotas” e “traidores”.

A diferença contemporânea está na estrutura de circulação da informação. Em 1897, a combinação envolvia jornais, telégrafo, boatos, comícios e panfletos. Entre 1954 e 1964, jornais, rádio, televisão ainda em expansão e organizações políticas ampliaram a disputa. No século 21, redes sociais, aplicativos de mensagens, vídeos e algoritmos permitem que qualquer pessoa produza e distribua conteúdo para milhares ou milhões de usuários.

Esse novo ambiente não apenas acelera a circulação das mensagens. Ele também favorece a segmentação do público e a formação de comunidades que compartilham as mesmas crenças. Conteúdos capazes de provocar medo, indignação ou revolta podem alcançar maior visibilidade, enquanto informações que contrariam convicções previamente estabelecidas tendem a ser rejeitadas.

O pesquisador ressalta, porém, que não se deve ignorar a diferença entre os períodos históricos. A República de 1897 era recém-criada e socialmente pouco inclusiva. Mulheres e analfabetos não participavam das eleições, e as Forças Armadas mantinham o peso

de uma instituição fundadora do regime. A Constituição de 1988, por sua vez, estabeleceu um sistema democrático com sufrágio amplo e instituições que não existiam ou não funcionavam da mesma maneira no passado, como o Ministério Público, a Justiça Eleitoral e o Sistema Único de Saúde.

Também mudou a relação da sociedade com a produção de informação. Antes, a população dependia de intermediários, como jornais, partidos e lideranças políticas. Hoje, o cidadão pode produzir, editar e compartilhar conteúdos diretamente. Essa ampliação da participação, contudo, não garante a qualidade da informação. Sem mecanismos de verificação, a liberdade de divulgação pode ser usada para espalhar falsidades e estimular ataques contra pessoas, grupos e instituições.

Na avaliação de Paiva, o discurso de ódio não se resume ao insulto. Seu efeito mais grave ocorre quando o adversário é desumanizado e perde a legitimidade de participar do debate público. Ao ser apresentado como inimigo da pátria ou ameaça à sobrevivência do regime, ele deixa de ser visto como um concorrente legítimo. Essa construção pode abrir espaço para a defesa de medidas extraordinárias, inclusive contra as regras democráticas.

Polarização, desinformação e discursos de ódio na história republicana

1893-1897 • Primeira República

Imprensa partidária, boatos e linguagem violenta alimentam conflitos políticos. A falsa associação de Canudos a uma conspiração monarquista contribui para a repressão e para o agravamento da crise que culmina no atentado contra Prudente de Moraes

1930-1945 • Integralistas e comunistas

A disputa entre grupos influenciados por ideologias internacionais intensifica a polarização. A partir de 1937, o Estado Novo impõe censura e restringe a circulação de informações

1945-1954 • Getulismo e antigetulismo

A UDN e os setores ligados a Getúlio Vargas travam uma disputa política intensa, com participação ativa dos jornais. A crise de 1954 leva ao suicídio de Vargas

1955 • Posse de JK e Jango

A posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart é contestada em meio à instabilidade política e às disputas sobre a legitimidade do governo

1961-1964 • Radicalização ideológica

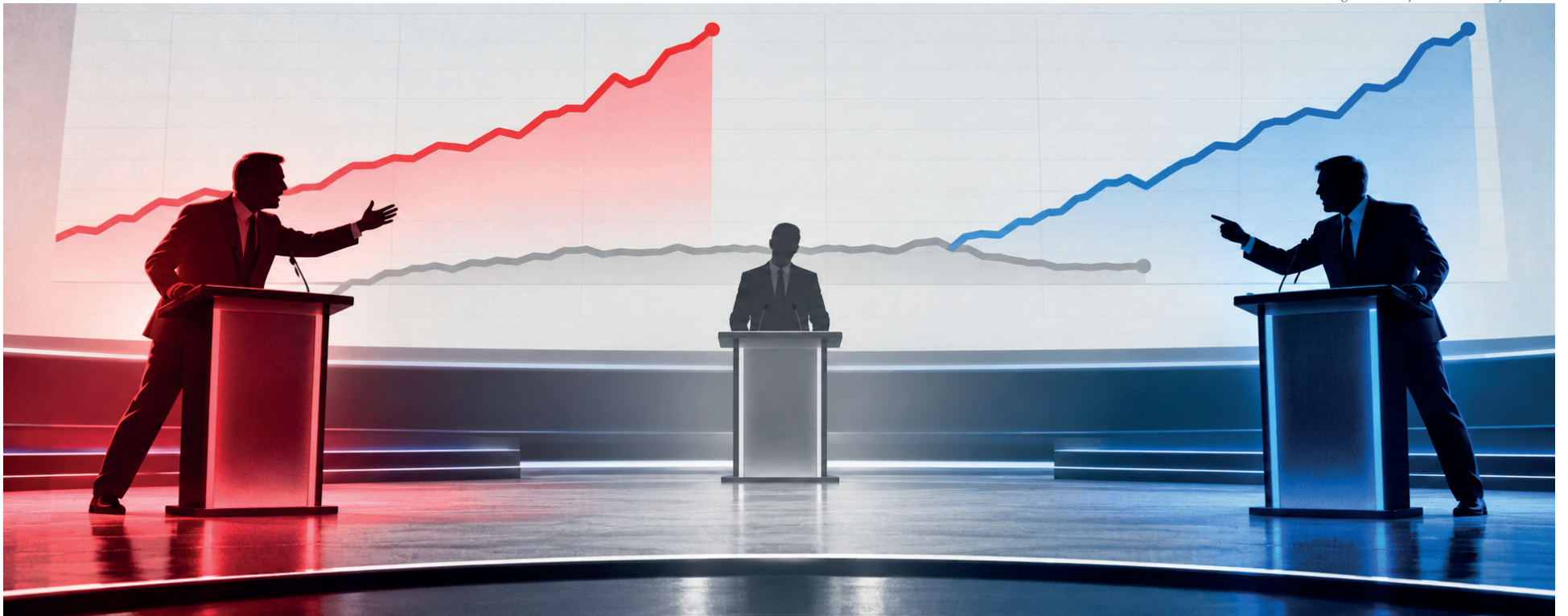
Reformas de base, reforma agrária, nacionalismo econômico e anticomunismo dominam o debate. A Guerra Fria amplia a interpretação dos conflitos internos como parte de uma disputa internacional

Década de 2010 em diante • Redes e algoritmos

Boatos, teorias conspiratórias, ataques às instituições e discursos que dividem a sociedade entre “patriotas” e “traidores” ganham velocidade e alcance por meio de redes sociais, aplicativos e vídeos digitais

Eleições 2026

Imagem: ilustração criado com ajuda de IA



Centro segue sem identidade, com polarização entre esquerda e direita em grandes disputas

Mesmo com espaço e cadeiras, centro segue sem identidade e não ganha força eleitoral

Campo moderado mantém força nas alianças e no Congresso, mas enfrenta dificuldades para construir identidade e mobilizar o eleitorado

» Carlos Nathan Sampaio

O Brasil chega às eleições gerais de 2026, que acontecerão em uma semana, com uma disputa presidencial concentrada em dois polos, enquanto partidos moderados mantêm peso nas alianças, no Congresso e nos estados. Em 4 de outubro, os eleitores escolherão presidente, governadores, dois senadores por unidade da Federação e deputados federais e estaduais ou distritais. Nesse cenário, o centro tenta responder a uma questão antiga: como ser indispensável para governar, mas ter dificuldade para conquistar sozinho o principal cargo do país?

A definição de centro não se resume a ocupar uma distância matemática entre direita e esquerda. Em geral, ela reúne lideranças dispostas a combinar propostas associadas aos dois campos, conforme o tema, e buscar soluções graduais dentro das regras democráticas. Isso pode significar responsabilidade fiscal acompanhada de políticas sociais, defesa da iniciativa privada

com regulação estatal e negociação institucional sem adesão automática aos extremos.

O doutor em Ciência Política e pesquisador da Universidade de Brasília Robson Carvalho ressalta que centro e Centrão não são sinônimos. “O ‘centro’ político não deve ser confundido com o ‘Centrão’. O centro concentra políticos que têm posicionamentos que ora se identificam mais à direita, ora mais à esquerda e oscilam de acordo com os temas, assuntos e interesses”, afirma. Segundo ele, o Centrão atua de forma mais pragmática, apoiando diferentes governos em troca de espaço político, cargos e emendas.

A distinção ajuda a compreender o poder em Brasília, que se estende aos estados. A Câmara dos Deputados tem um bloco formado por União Brasil, PP, PSD, Republicanos, MDB, Podemos e Federação PSDB-Cidadania, que reúne 272 dos 513 parlamentares. Embora essas siglas não tenham identidade ideológica uniforme, o agrupamento mostra como legendas situadas entre a direita e o centro conseguem condicionar votações e a agenda do Executivo.

Para o advogado e analista político Melillo Dinis, a negociação é parte necessária do regime democrático. “O centro é importante porque a democracia não funciona apenas com identidades políticas firmes. Ela também precisa de pontes, negociação e capacidade de construir maiorias. Num sistema fragmentado como o brasileiro, ninguém governa sozinho”, avalia. Na visão dele, o acordo não representa um desvio, mas um mecanismo para converter divergências em decisões legítimas e governáveis.

O limite está na finalidade da articulação. “O centro democrático aproxima ideias. Já o Centrão aproxima interesses”, resume Dinis. Para o analista, o primeiro deveria construir compromissos públicos, impor limites aos extremos e negociar políticas submetidas à fiscalização. O segundo seria marcado pela prioridade dada à ocupação de cargos e ao controle de recursos. “A democracia precisa de um centro com convicções, não de uma zona de conveniência”, acrescenta.

Essa diferença também ajuda a explicar por que partidos influentes no Legislativo nem sempre apresentam

candidaturas presidenciais competitivas. Para Robson Carvalho, a falta de identidade clara dificulta a criação de um projeto majoritário. Quando uma liderança muda de posição conforme a conveniência, o eleitor encontra menos elementos para reconhecer o que ela representa. A capacidade de compor governos, portanto, não se converte automaticamente em força para liderá-los.

Melillo Dinis observa que as eleições presidenciais exigem identidade, narrativa e capacidade de mobilizar emoções. “O centro brasileiro frequentemente se apresenta ao eleitor como uma espécie de intervalo comercial entre a direita e a esquerda. Diz que não é um, não é outro, mas demora demais para explicar o que efetivamente é”, afirma. Ainda segundo ele, muitas legendas centristas se especializaram na eleição de bancadas, no comando de comissões e na negociação de emendas, mas investem pouco na formação de uma liderança nacional.

A campanha de 2026 retrata essa dificuldade. Pesquisa Quaest divulgada em 21 de setembro mostrou Lula, do PT, com 37%, e Flávio Bolsonaro, do PL, com 33%. Augusto Cury, do Avante, apareceu com 6%; Ronaldo Caiado, do PSD, com 4%; Renan Santos, do Missão, com 3%; e Romeu Zema, do Novo, com 1%. Mesmo com outras opções na urna, a disputa segue dominada pelos campos que protagonizam a polarização nacional.

Robson Carvalho não vê, na conjuntura atual, espaço para uma terceira candidatura chegar à etapa decisiva, muito menos sendo de centro. Ele avalia que Lula, embora seja de esquerda, ampliou alianças em direção ao centro e a setores da

direita moderada, enquanto Flávio Bolsonaro concentra o eleitorado da direita mais conservadora. A composição petista com Geraldo Alckmin e a participação de partidos de diferentes orientações na base governista exemplificam essa busca por amplitude.

Dinis apresenta uma leitura menos definitiva. Em sua estimativa, entre 25% e 30% dos eleitores não se identificam integralmente com nenhum dos polos, mas isso não forma, por si só, uma maioria organizada. “Rejeitar simultaneamente a direita e a esquerda não constitui, por si só, um projeto político. A insatisfação pode produzir uma candidatura, mas dificilmente sustenta um governo”, afirma.

Para mobilizar esse público, uma alternativa precisaria oferecer respostas reconhecíveis para crescimento econômico, desigualdade, segurança, serviços públicos, equilíbrio fiscal e proteção das instituições. Também teria de criar vínculo emocional com o eleitor, sem depender apenas do discurso técnico ou da rejeição aos adversários. “Moderação diz respeito ao método, ao respeito às regras e ao reconhecimento do adversário — não à ausência de convicções”, diz Melillo Dinis.

O espaço social para o centro existe, mas permanece disperso e não se transforma automaticamente em voto presidencial. Nas eleições para governos, Senado e casas legislativas, ele tende a continuar relevante por sua capacidade de formar alianças e maiorias. Para disputar a Presidência com força, contudo, precisará deixar de ser apenas o lugar entre dois polos. “Sem conteúdo, o centro não é uma alternativa. É apenas uma localização”, conclui Melillo Dinis.

Eleições 2026

A radiografia das contas

Fundo Eleitoral responde por 93% das receitas em dinheiro nas disputas ao governo e ao Senado em Goiás

» Domingos Ketelbey

De cada R\$ 100 em dinheiro declarados pelas campanhas ao Governo de Goiás e ao Senado, R\$ 93,34 vieram do Fundo Eleitoral. Antes de virar propaganda, panfleto ou anúncio na internet, a maior parte desses recursos passou pelas direções partidárias. O levantamento feito pela Tribuna do Planalto, com dados do Tribunal Superior Eleitoral consultados em 24 de setembro, encontrou R\$ 44,03 milhões do fundo em R\$ 47,17 milhões de receitas financeiras.

Incluídas as doações de bens e serviços, a receita chega a R\$ 47,35 milhões. As despesas contratadas somam R\$ 34,41 milhões; os pagamentos, R\$ 22,15 milhões. Receber, contratar e pagar são verbos que contam histórias diferentes.

Das seis candidaturas ao governo e onze ao Senado examinadas, quinze tinham valores disponíveis. As declarações são parciais, com atualizações em datas diferentes. A soma é bruta, pode incluir transferências entre campanhas e não equivale ao custo final da eleição.

Wilder recebe mais; Marconi contrata mais

O senador Wilder Moraes (PL) declarou R\$ 11,05 milhões de receita, R\$ 5,85 milhões contratados e R\$ 4,20 milhões pagos. O PL nacional enviou R\$ 11 milhões de Fundo Eleitoral. Os outros R\$ 50 mil vieram do diretório estadual, com origem no Fundo Partidário.

O ex-governador Marconi Perillo (PSDB) recebeu R\$ 10,01 milhões, mas declarou R\$ 10,21 milhões contratados e R\$ 5,37 milhões pagos. O PSDB nacional transferiu R\$ 10 milhões de Fundo Eleitoral. A receita também inclui R\$ 10 mil em serviços doados e R\$ 90,38 de financiamento coletivo.

O governador Daniel Vilela (MDB) aparece com R\$ 7,62 milhões arrecadados, R\$ 5,37 milhões contratados e R\$ 3,89 milhões pagos. Do total recebido, R\$ 7,07 milhões vieram do Fundo Eleitoral. O ex-deputado estadual Luis Cesar Bueno (PT) declarou R\$ 3,51 milhões de receita, R\$ 2,55 milhões contratados e R\$ 1,48

milhão pago. Seu total contratado inclui R\$ 105 mil transferidos a outras candidaturas.

Luciana Amorim (UP) recebeu R\$ 13,5 mil e declarou R\$ 3,6 mil contratados e pagos. Para Danilo Pinheiro (PCO), a consulta identificou uma prestação parcial, mas não retornou valores consolidados. Ausência de dados não significa campanha sem receita ou despesa.

O Fundo Eleitoral responde por 98,08% das receitas em dinheiro para o governo e 83,14% para o Senado. Outros R\$ 102 mil vieram do Fundo Partidário, contabilizado separadamente.

Os caixas do Senado

Gracinha Caiado (União Brasil) declarou R\$ 4,14 milhões arrecadados, R\$ 2,83 milhões contratados e R\$ 2,38 milhões pagos. O ex-prefeito Gustavo Mendanha (PRD) informou R\$ 3,04 milhões de receita, R\$ 2,38 milhões contratados e R\$ 1,45 milhão pago. O deputado federal Zacharias Calil (MDB) recebeu quase R\$ 3 milhões, contratou R\$ 2,44 milhões e pagou R\$ 1,35 milhão.

O senador Vanderlan Cardoso (PSD) registrou R\$ 1,88 milhão em receitas, R\$ 1,12 milhão contratado e R\$ 534,6 mil pagos. O deputado federal Gustavo Gayer (PL) declarou R\$ 1,68 milhão arrecadado, R\$ 1,17 milhão contratado e R\$ 1,12 milhão pago.

Gracinha recebeu R\$ 3,85 milhões do Fundo Eleito-

ral; Mendanha, R\$ 3 milhões; Zacharias, R\$ 2,85 milhões; e Vanderlan, R\$ 1,5 milhão. Gayer não registra entrada desses fundos. Sua receita reúne doações de pessoas físicas, recursos próprios da chapa e financiamento coletivo.

Nas demais candidaturas, Oséias Varão (PL) recebeu R\$ 594 mil; Ernesto Roller (PSDB), R\$ 530,1 mil; Cíntia Dias (PSOL), R\$ 171,8 mil; Isaura Lemos (PSB), R\$ 85,5 mil; e Iure Castro (Cidadania), R\$ 30 mil. Para Guilherme Darques (UP), os campos retornaram sem valores, o que não significa gasto zero.

Os nomes nos recibos

Entre os doadores de Daniel, Rubens Sobrinho Rodrigues Prudente e Cesar Helou aparecem com R\$ 200 mil cada. Euripedes José do Carmo contribuiu com R\$ 50 mil. Helou também destinou R\$ 50 mil a Vanderlan. Na campanha de Gracinha, Ricardo Antonio Vicintin doou R\$ 100 mil; Rodrigo Emanuel Tahan e Walter Pedro Presotto, R\$ 70 mil cada.

Na arrecadação de Gayer, cinco nomes somam R\$ 1,02 milhão, cerca de 60,9% do total: Rodrigo Gonçalves dos Santos, com R\$ 417,5 mil; Leonardo Rizzo, seu primeiro suplente, R\$ 222 mil; Fausto de Andrade Ribeiro, R\$ 149 mil; Warnei Machado de Almeida, R\$ 126,9 mil; e Vinicius Freitas de Castro, R\$ 107 mil.

Nem toda contribuição passou pela conta bancá-

ria. Vilar de Faria Albernaz Junior aparece com R\$ 48,9 mil para Zacharias, mas o detalhamento mostra oito cessões de veículos. Isaura recebeu R\$ 47,5 mil em serviços de comunicação da campanha de Luis Cesar, com origem no Fundo Eleitoral. Não houve depósito equivalente.

A publicidade além da rubrica

As categorias explícitas de publicidade somam R\$ 13,45 milhões contratados. Incluem impressos, adesivos, carros de som, rádio, televisão, vídeo, jingles e impulsionamento. Daniel registra R\$ 3,38 milhões nesse recorte; Marconi, R\$ 2,05 milhões; Luis Cesar, R\$ 1,34 milhão; e Wilder, R\$ 1,335 milhão. No Senado, Gracinha apresenta R\$ 1,60 milhão; Mendanha, R\$ 1,43 milhão; e Zacharias, R\$ 1,12 milhão.

Um lançamento de R\$ 1,5 milhão para a Janela Comunicação, na campanha de Marconi, foi registrado em serviços de terceiros, embora incluía propaganda e “gestão completa da área de comunicação”. O subtotal das rubricas não pode ser apresentado como orçamento integral de publicidade.

O impulsionamento, já incluído na publicidade, soma R\$ 1,995 milhão. No governo, Marconi registra R\$ 400 mil; Wilder, R\$ 374 mil; Daniel, R\$ 185 mil; e Luis Cesar, R\$ 127 mil. No Senado, Gayer informa R\$ 365 mil; Vanderlan, R\$ 210 mil; Zacharias, R\$ 150 mil;

Mendanha, R\$ 64 mil; e Gracinha e Oséias, R\$ 50 mil cada.

Isso não corresponde a todo o gasto nas redes. Vanderlan, por exemplo, tem outros R\$ 76 mil identificados em equipe e gestão digital e R\$ 30 mil estimados descritos como Facebook. Com o impulsionamento, são R\$ 316 mil de naturezas distintas, não R\$ 316 mil pagos pela conta da campanha.

A conta que ainda não é voto

O levantamento também relacionou despesas contratadas à intenção de voto da Quaest divulgada em 24 de setembro, aplicada ao eleitorado de 5.081.043 pessoas. No Senado, o cálculo considera duas escolhas por eleitor, porque os percentuais combinados são normalizados para 100%. É um exercício, não uma previsão de votação.

A razão entre contratado e voto potencial corresponde a R\$ 2,52 para Daniel; R\$ 10,57 para Marconi; R\$ 7,68 para Wilder; e R\$ 10,03 para Luis Cesar. No Senado, são R\$ 1,33 para Gracinha; R\$ 0,88 para Gayer; R\$ 2 para Zacharias; R\$ 1,38 para Vanderlan; e R\$ 2,92 para Mendanha.

A Quaest ouviu 804 pessoas entre 20 e 23 de setembro, com margem de erro divulgada de três pontos e registro GO-01667/2026. Percentuais baixos tornam a divisão instável. A conta não demonstra que o dinheiro produziu aquelas intenções, não mede eficiência e não antecipa o resultado da urna.

Foto: Divulgação



O senador Wilder Moraes (PL) declarou R\$ 11,05 milhões de receita, R\$ 5,85 milhões contratados e R\$ 4,20 milhões pagos

Eleições 2026



Daniel Vilela cresce cinco pontos e chega a 42%, aponta Quaest

Pesquisa mostra que eleição pode ser decidida já no primeiro turno. Em eventual segundo turno, emedebista registra vantagem de até 47 pontos sobre os adversários

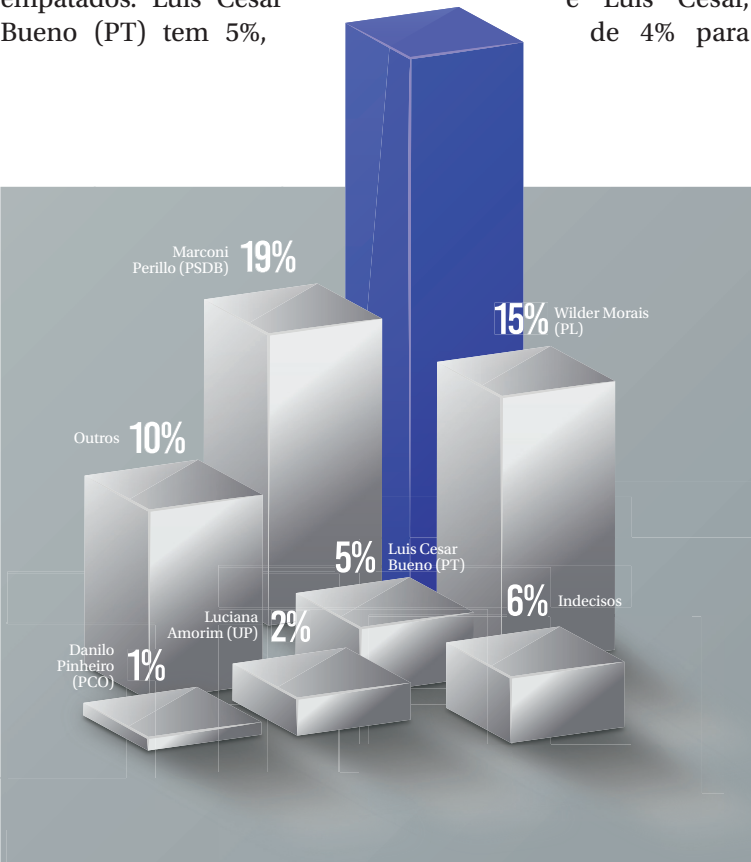
» Da Redação

O governador e candidato à reeleição Daniel Vilela (MDB) alcançou 42% das intenções de voto na disputa pelo Governo de Goiás, segundo a segunda rodada da pesquisa Quaest/TV Anhanguera, divulgada nesta quinta-feira (24/9). Marconi Perillo (PSDB) aparece com 19% e Wilder Moraes (PL), com 15%, tecnicamente empatados. Luis Cesar Bueno (PT) tem 5%,

Luciana Amorim (UP), 2%, e Danilo Pinheiro (PCO), 1%. Outros 10% estão indecisos e 6% afirmam que votarão em branco, anularão ou não comparecerão às urnas.

Na comparação com a pesquisa Quaest divulgada em 27 de agosto, Daniel foi quem mais cresceu: avançou cinco pontos, de 37% para 42%. Wilder passou de 12% para 15%, enquanto Marconi oscilou de 20% para 19% e Luis Cesar, de 4% para

42%



Daniel Vilela (MDB) alcançou 42% das intenções de voto na disputa pelo Governo de Goiás

5%. Luciana e Danilo, que não haviam pontuado na rodada anterior, agora registram 2% e 1%, respectivamente. A distância entre Daniel e Marconi aumentou de 17 para 23 pontos; em relação a Wilder, passou de 25 para 27 pontos. Os indecisos, que eram 20%, caíram pela metade e agora representam 10% do eleitorado. Pelos números da Quaest, Daniel Vilela tem 50% dos votos válidos. O percentual o coloca numericamente próximo do patamar necessário para uma vitória no primeiro turno, sobretudo diante da trajetória de crescimento registrada nas últimas pesquisas.

Segundo turno

Nas simulações de segundo turno, Daniel registra vantagem numérica nos dois cenários testados pela Quaest. A maior variação ocorreu no confronto com Wilder. Daniel passou de 56% em agosto para 61% nesta rodada, crescimento de cinco pontos. Wilder, por sua vez, passou de 18% para 14%. A distância numérica entre os dois, que era de 38 pontos, chegou a 47. No cenário atual, 13% estão indecisos e 12% indicam voto branco, nulo ou ausência.

Contra Marconi, Daniel tem 53%, enquanto o tucano tem 27%; 11% estão indecisos e 9% votariam em

branco, anulariam ou não compareceriam. Em agosto, o mesmo confronto marcava 53% para Daniel e 28% para Marconi. Assim, Daniel permaneceu no mesmo patamar, enquanto Marconi oscilou um ponto para baixo. A diferença entre eles é de 26 pontos.

A pesquisa Quaest/TV Anhanguera ouviu 804 eleitores de Goiás entre os dias 20 e 23 de setembro. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%. A pesquisa está registrada na Justiça Eleitoral sob os protocolos GO-01667/2026 e BR-03864/2026.

Fotos: Divulgação MDB

Aniversário

Festival Viva Goiânia celebra os 93 anos da capital com 229 atrações em 11 regiões

Goiânia comemora 93 anos com ampla programação dividida em cinco eixos: arte e cultura, esporte e lazer, gastronomia, economia criativa, ação e educação

» Da Redação

O prefeito Sandro Mabel apresentou nesta sexta-feira (25/9), na Antiga Estação Ferroviária, a programação do Festival Viva Goiânia, preparada pela Prefeitura em celebração aos 93 anos da capital. As atividades envolvem várias secretarias e órgãos municipais e serão realizadas durante todo o mês de outubro em diferentes regiões da cidade, com uma programação especial na Avenida Goiás no dia 24, dia do aniversário de Goiânia.

“Vão ser festas muito animadas, promovidas por artistas goianienses e goianos”, disse Sandro Mabel, ao anunciar o Festival Viva Goiânia. “Em vez de fazer um show caríssimo em um local só, preferimos dividir as atrações em 11 regiões para prestigiar a cultura local. E não são apenas shows, mas esportes, arte,



Festival Viva Goiânia terá atividades durante todo o mês de outubro em 11 regiões, além de programação especial na Avenida Goiás no dia 24/10

atrações para a criançada, incentivos para que os participantes conheçam outras partes da cidade.”

Shows, apresentações, exposições, competições, torneios, oficinas e painéis serão realizados a partir do dia 10 de outubro. Com o objetivo de descentralizar as comemorações e ampliar o acesso da

população à festa, 11 regiões terão programação própria. Ao todo, a programação terá 12h de atividades e 229 atrações.

“Nós teremos muitas atrações pela cidade toda, em regiões diferentes. Então, nós queremos socializar cada vez mais o aniversário de Goiânia”, afirmou Mabel durante a apresentação.

Além da distribuição, Mabel destacou a variedade de atividades para cada região. “Não é uma programação apenas com shows. Tem toda uma parte esportiva, tem muita arte, tem atividade para a criançada, turismo, desenvolvimento econômico, cidadania e valorização da cidade. Então, é um aniversário bem diferente”, enfatizou.

A programação também terá atrações de diferentes estilos musicais. Para Mabel, a diversidade de gêneros faz parte da proposta de atender públicos diferentes durante as comemorações. “Nós temos aí o hip-hop, temos sertanejo, temos funk, temos gospel também. Nós temos uma população grande e teremos vários estilos”, frisou.

No dia 24 de outubro, aniversário de Goiânia, a programação terá como principal ponto de encontro a Avenida Goiás, além do tradicional desfile cívico, no Setor Campi-

nas. A estrutura contará com 51 atrações e atividades, distribuídas em três palcos e diferentes espaços temáticos. Haverá áreas dedicadas às artes, moda, gastronomia e esporte, além de food trucks. A participação de artistas goianos também está entre os destaques da programação.

Na Estação Ferroviária, o palco principal terá programação das 10h às 0h30. A agenda inclui a participação de Teia, União Clandestina e Sweet Sour, Jiraya Uai, Preto no Branco, Orquestra Sinfônica de Goiânia, Seu Jorge e Murilo Huff. O Palco Brasilidade terá aulão de forró e samba, atrações locais, Clube do Choro, Zeca Baleiro, Kamisa 10 e Sandra Sá. Já o Palco Urbanidade reunirá roda de capoeira, batalha de rima com DJ, street dance e apresentações de DJs, como Brenno Paixão.

A programação do dia também contará com atividades esportivas e de lazer, como passeio ciclístico com deficientes visuais, corrida de rua, campeonato de boxe, capoeira, artes marciais, pista de skate, jogos e brinquedos infláveis. Na área de arte e educação, estão previstas catira, teatro infantil, circo, live painting, sarau literário, balé clássico e stand-up comedy.





DIMINUIR O TEMPO DO SEU BANHO EVITA O DESPERDÍCIO.

A ÁGUA PODE FAZER TUDO. SÓ NÃO PODE FAZER FALTA.

Você pode gastar de 5.400 a 10.800 litros de água por mês só tomando banho.

Diminuir o tempo do chuveiro aberto é o que faz a diferença.

Durante o período de estiagem, pratique o consumo consciente.

-  **Feche a torneira ao escovar os dentes e ao ensaboar a louça.**
-  **Prefira vassoura à mangueira na limpeza de calçadas e quintais.**
-  **Conserte vazamentos internos assim que identificados.**
-  **Regue as plantas no início da manhã ou no fim da tarde.**
-  **Utilize a capacidade total da máquina de lavar e reutilize a água sempre que possível.**



Estado de
GOIÁS

ESCOLA

Cidadania

Escola passa a ter papel ainda maior na formação de futuros eleitores

Lei que inclui educação política e direitos da cidadania no currículo obrigatório coloca em debate a preparação dos jovens para compreender o Estado, avaliar informações e participar da vida democrática

» Dhayane Marques

A formação de um eleitor começa antes da primeira ida às urnas. Ela passa pelo conhecimento sobre direitos e deveres, pelo entendimento de como funcionam as instituições e pela capacidade de analisar informações, propostas e decisões públicas. Com as Eleições 2026 no horizonte, essa preparação ganha novo marco legal. A Lei 15.468/2026 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e incluiu a educação política e os direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica. A norma entrou em vigor em julho e abrange as etapas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

A mudança não cria uma disciplina específica de educação política. O conteúdo deve integrar o estudo da realidade social e política previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em uma abordagem transversal. Na prática, o tema pode ser relacionado a áreas



Foto: imagem criada com Inteligência Artificial (IA)

A educação política pode ser relacionada a áreas como História, Geografia, Sociologia e Língua Portuguesa, entre outros componentes curriculares

como História, Geografia, Sociologia e Língua Portuguesa, entre outros componentes curriculares. A proposta também reforça uma finalidade que já está presente na legislação educacional brasileira, a formação para o exercício da cidadania.

Formação começa antes do primeiro voto

Para o professor, coordenador pedagógico e doutor em Educação Escolar pela Unesp, Arthur V. F. Furtado, a

nova legislação detalha uma responsabilidade que a escola já possuía. Segundo ele, a LDB já previa o estudo da realidade social e política, mas a nova norma torna mais explícita a necessidade de trabalhar educação política e direitos da cidadania.

“É importante porque muitos jovens chegam a uma determinada idade sem conhecer a Constituição, a organização do Estado e os próprios direitos e deveres”, afirma.

Na avaliação do professor, esse conhecimento tem relação direta com a capacidade de acompanhar a atuação dos representantes eleitos. “Se o estudante não sabe como o Estado funciona, ele também não consegue cobrar de forma efetiva aquilo que um representante público deveria fazer”, explica.

A formação, segundo Furtado, não deve começar apenas quando o estudante alcança a idade para votar. O desenvolvimento da reflexão, do pensamento crítico e da responsabilidade ocorre ao longo da trajetória escolar. “A formação para o voto começa muito antes do título de eleitor. É preciso desenvolver competências que permitam ao estudante refletir sobre a realidade e compreender as consequências das próprias escolhas”, destaca.

O professor também diferencia educação política de orientação partidária. Para ele, a escola deve oferecer conhecimento e diferentes perspectivas sem direcionar a escolha do estudante. “Não cabe ao professor dizer ao aluno em quem ele deve votar. Cabe apresentar o

conhecimento, trabalhar diferentes visões e criar condições para que ele construa o próprio pensamento”, afirma.

A tarefa ganha complexidade em um ambiente marcado pela polarização e pela circulação de informações nas redes sociais. Furtado defende que o professor tenha preparo para lidar com temas controversos e não transforme a sala de aula em espaço de disputa política. “O professor precisa estudar profundamente o assunto, ter fundamentação científica e planejamento. A função não é colocar uma ideia na cabeça do estudante, mas oferecer elementos para que ele pense”, afirma.

A educação política também pode ser integrada a conteúdos que já fazem parte do currículo. Literatura, História e Geografia, por exemplo, permitem discutir relações sociais, direitos, desigualdades e organização política a partir de diferentes contextos. “Quando o conteúdo se aproxima da realidade do aluno, ele deixa de ser apenas uma informação e passa a fazer sentido para a vida dele”, observa.

Cidadania também se aprende na prática

A participação política não precisa ficar restrita ao conteúdo das aulas. Grêmios estudantis, representantes de turma, assembleias e outras formas de organização permitem que os estudantes experimentem processos de escolha, representação e responsabilidade.

Furtado cita experiências em eleições para grêmios nas quais alunos apresentaram propostas que, depois da eleição, não conseguiram executar. A situação, segundo ele, cria uma oportunidade concreta de aprendizagem. “O estudante percebe que existe uma diferença entre prometer e ter condições de realizar. Isso é uma experiência de cidadania”, relata.

A leitura aparece como outro elemento central. Para o professor, dificuldades

de alfabetização e compreensão de textos podem limitar a participação social, já que o acesso à vida pública depende da capacidade de interpretar informações. “Um jovem que não consegue compreender um texto também terá dificuldade para entender uma notícia, analisar uma proposta, interpretar um dado público ou acompanhar o que um representante está fazendo”, afirma.

Por isso, a educação política não se restringe ao

conhecimento sobre eleições. Ela depende de competências desenvolvidas ao longo da escolarização, como leitura, interpretação, argumentação e análise de informações. “Não adianta falar de cidadania se o aluno não tem as ferramentas básicas para compreender aquilo que está sendo discutido”, destaca Furtado.

A nova legislação estabelece uma obrigação para as escolas, mas sua aplicação depende das condições con-

cretas de ensino. O professor chama atenção para a estrutura das instituições e para as condições de trabalho docente. “A lei é importante, mas uma mudança legal sozinha não transforma a realidade. É preciso garantir condições para que o professor planeje, estude e desenvolva esse trabalho”, afirma.

A Lei 15.468/2026, portanto, amplia no currículo escolar o espaço destinado à compreensão da cidadania

e da vida pública. O desafio está em transformar a previsão legal em uma formação contínua, que não apareça apenas durante o período eleitoral. Para Furtado, preparar o estudante para votar também significa ensiná-lo a compreender a sociedade da qual faz parte. “A cidadania não começa na urna. Ela começa quando o estudante entende que também é responsável pelo espaço em que vive”, conclui.



Foto: Arquivo pessoal

A formação para a cidadania começa antes do primeiro voto. A escola precisa oferecer conhecimento para que o estudante compreenda seus direitos, seus deveres e o funcionamento da sociedade

Arthur V. F. Furtado, coordenador pedagógico e doutor em Educação Escolar pela Unesp



Herivelto Nunes
herivelto.nunes.57@outlook.com

Clubes aprovam redução do limite de estrangeiros para as séries A e B

Com a redução gradual de atletas de outros países, a entidade espera criar mais oportunidades para jovens jogadores formados no Brasil. Os clubes das Séries A e B do Brasileiro decidiram, em votação no Rio de Janeiro, diminuir o limite de jogadores estrangeiros relacionados nos jogos a partir de 2027. O objetivo é dar mais oportunidades a atletas formados na base, que tiveram participação reduzida nos últimos anos.

Atualmente, um clube pode relacionar até nove jogadores estrangeiros por partida. A proposta da CBF aprovada pelos clubes prevê iniciar a redução com oito estrangeiros, em 2027, e chegar ao limite de cinco, em 2030. O objetivo da



Em reunião no Rio de Janeiro, clubes aprovam mudanças para 2027

mudança gradual é evitar um impacto negativo nos clubes, considerando contratos já assinados. Bahia e Flamengo votaram contra a mudança.

Também foi aprovada uma mudança nas inscrições de jogadores para fomentar a

formação dos jovens. A partir do ano que vem, os elencos poderão inscrever 50 atletas no Brasileiro, sendo que pelo menos 20 deles precisam ter até 23 anos. A ideia é que essa mudança também seja gradual e que, em 2030, a proporção seja de 25 jo-

gadores de idade livre e 25 com menos de 23 anos.

Um dos fatores observados foi a média de idade dos jogadores do Brasileiro, de 28,5 anos, acima de outras ligas de destaque como Espanha (27), França (26) e Itália (26,1). Na visão da CBF, essa diferença leva a uma queda de desempenho dos atletas no país.

Uma das constatações feitas pela CBF é a de que as oportunidades para os jovens jogadores brasileiros está diminuindo e que essa redução pode “secar” a formação de atletas no país. A entidade considera que essa redução é causada, principalmente, pela chegada de estrangeiros mais experientes, que são utilizados

em detrimento de jovens que ainda necessitam amadurecer.

CBF registra aumento de cinco minutos de bola rolando por jogo

Um estudo encomendado pela CBF mostrou que o tempo de bola rolando por partida no Campeonato Brasileiro aumentou em 4:49 desde a implementação das novas regras anti-cera. Agora, a média é de 58 minutos e 43 segundos de bola rolando por partida. Antes, as partidas tinham 53:54. Essa taxa representa um aumento de 5,9%. De acordo com estudo realizado, Brasileiro é a segunda competição entre as grandes ligas com mais tempo de bola rolando. Na Série B, o tempo de aumento é de 5:22 por jogo desde as novas regras. O jogo saiu de 51:27 para 56:49, representando 10,4%. O estudo da CBF aponta que o Brasileiro é o segundo campeonato dentre as grandes ligas com maior tempo de bola rolando por partida contando as partidas com as novas regras.

O Goiás de hoje é o Vila Nova de ontem

A comparação pode não agradar o torcedor esmeraldino, mas é a pura verdade. No passado, o Vila vivia endividado, atrasava salários, não pagava nem o consumo de água e energia elétrica junto às concessionárias, seu departamento jurídico vivia entupido de ações judiciais de ex-jogadores e fornecedores. Em campo, sempre foi o maior freguês do Goiás, que ainda hoje mantém uma vantagem enorme de vitórias sobre o Vila Nova, vantagem essa conquistada na fase pobre do Colorado. O Vila era desorganizado. Um ditado dizia que, “se o Vila se organizasse, acabaria”. Uma mentira, pois o Vila se organizou e não acabou, pelo contrário, cresceu muito.

O Goiás fez o caminho contrário. De clube respeitado nacionalmente por sua organização, pagamentos em dia, melhor estrutura e conquistas em campo, o Goiás e se tornou uma agremiação desorganizada, com salários atrasados, mal administrada, que deixou a Série A para

se tornar um time de série B, sem capacidade para retornar à elite do futebol brasileiro. É um time sem poder de investimento, que garimpa jogadores em times pequenos e desconhecidos, que chegam como promessas e são contratados sem a necessidade de fazer investimentos, porque a situação do clube esmeraldino não permite contratações que exigem o desembolso de qualquer valor.

O “tiro de misericórdia” poderá ser endereçado ao Goiás ainda esse ano, caso o Vila conquiste o acesso à série A, o que está muito próximo de acontecer. O Vila vai participar do banquete do futebol brasileiro, onde o alviverde sempre esteve. A diferença é que o Vila sempre foi pobre, nunca soube o que é a riqueza no futebol. Está maravilhado com a liderança da série B, os elogios da imprensa nacional, e a aproximação da realização do grande sonho de subir para a série A. Já o Goiás, que foi rico,

hoje é pobre. Essa situação é revoltante. Quem já foi pobre, se adapta facilmente à riqueza. Quem foi rico um dia, sofre muito e não aceita a pobreza.

Mas o Goiás pode voltar a ser grande. Para isso, precisa fazer mudanças profundas em sua gestão. Paulo Rogério Pinheiro e Aroldo Guidão, junto com os demais membros da atual gestão, precisam deixar o Goiás. Eles já demonstraram que não são capazes de dirigir a agremiação esmeraldina. O sonho de Paulo Rogério Pinheiro é ser o Hailé Pinheiro dos tempos atuais. Não é e não será. Hailé era muito mais competente, construiu o Goiás e o tornou grande. Hailé Pinheiro nunca escondeu que não queria Paulo Rogério Pinheiro na presidência do Goiás. Nas empresas de Hailé, Paulo Rogério sempre foi mais problema do que solução.

Para não ver o Vila se distanciar e ser em breve o maior clube do Estado de Goiás, a oposição esmeraldina precisa aparecer, se manifestar, exi-



Moderno Centro de Treinamento, retrato do novo Vila Nova

gir mudanças no estatuto que permita a participação de chapas de oposição nas próximas eleições. Hailé Pinheiro montou um grupo de conselheiros aptos ao voto, que nunca permitiu a aproximação de opositores. Paulo Rogério mantém esse sistema, com a diferença de que Hailé era competente para montar os quadros diretivos do Goiás. Mandava, muitas vezes, sem ter cargo. Mas estava sempre por perto. Ocupou por várias vezes o cargo de presidente executivo, outras vezes

como presidente do Conselho Deliberativo, outras vezes de longe, mas tudo sob seu controle. Paulo Rogério tenta imitá-lo. Foi presidente executivo e fracassou, agora é presidente do Conselho Deliberativo e o Goiás desce a ladeira, com destino incerto. Em resumo, Paulo Rogério nunca vai ser o Hailé Pinheiro dos tempos atuais, como sonha. O Goiás precisa ser renovado, outros nomes precisam aparecer para tirar o clube da Serrinha dessa triste realidade.

✓ O goleiro Tadeu se iguala ao zagueiro Ernando em números de jogos realizados com a camisa titular do Goiás. No clássico contra o Atlético, no último sábado, Tadeu completou 405 jogos defendendo o alviverde da Serrinha, o mesmo número de jogos do zagueiro Ernando.

✓ O Vila acertou a contratação do atacante Lincoln, que foi formado na base do Flamengo e chegou a fazer parte do elenco principal do clube da Gávea em várias oportunidades. O jogador foi regularizado e está pronto para ajudar o Vila Nova na caminhada rumo à série A do futebol brasileiro.



Tadeu, 405 jogos com a camisa do Goiás

✓ O momento vivido pelo Vila Nova deve ser tratado com todo cuidado. Notícias plantadas para desfocar o elenco e desarmonizar o grupo, podem acontecer. Por exemplo: o contrato do atacante André Luiz termina no final do ano, mas corre a informação que a diretoria do Vila pretende renovar agora o vínculo com o atleta.

✓ Esse tipo de situação pode contrariar outros jogadores da equipe, se perceberem que a diretoria está privilegiando um atleta em detrimento do grupo. Melhor deixar o assunto para o final do ano. O foco no momento é o acesso à série A.

✓ Mãe da jogadora Clarinha, goiana convocada para a seleção feminina principal, não esconde a alegria em ver a filha na seleção brasileira. Para Maria Fátima Campos, ver a Clarinha nesse patamar é um orgulho indescritível. Clarinha é Admirável, disse a mãe coruja.

✓ O Rio Verde continua na liderança isolada do campeonato goiano da Divisão de Acesso. O “Verdão do Sudoeste” soma 28 pontos ganhos, quatro a mais que o Bom Jesus, que é o segundo colocado com 24 pontos ganhos. O Rio Verde está muito perto de voltar à elite do futebol goiano em 2027.